

ARTIGO

A TEORIA DA DEPENDÊNCIA EM SEU LABORATÓRIO¹

Fernanda Beigel

Resumo

A “dependência” tem sido, em distintas épocas, um tema central dentro do campo intelectual latino-americano. Apareceu com força durante a segunda metade do século XIX, no contexto da “Emancipação Mental” e da “Segunda Independência”. Continuou na década de 1920 com o debate cosmopolitismo/nacionalismo, e reapareceu em fins de 1950 com os movimentos de descolonização e libertação. Desenvolveu-se como assunto sociológico e como teoria da mudança social no campo acadêmico chileno, entre 1964 e 1973, sob o impulso de uma política consistente de consolidação do sistema científico e da educação superior. Quando foi eleito democraticamente o governo socialista de Salvador Allende, Santiago se constituiu como o eixo de um dinâmico circuito acadêmico regional. Neste trabalho, propomo-nos a analisar, a partir de uma perspectiva sócio-histórica, as condições de emergência da Escola Latino-Americana da Dependência (Blömstron & Hettne, 1991) e as particularidades do espaço social no qual se produziu este conhecimento.

Palavras-chaves: Escola Latino Americana da Dependência, mudança social, Chile.

Abstract

The "Dependency" has been , at different times , a central theme within the Latin American intellectual field . Appeared strongly during the second half of the nineteenth century , in the context of " Mental Emancipation " and " Second Independence " . Continued in the 1920s with cosmopolitanism / nationalism debate , and reappeared in late 1950 with the movements of decolonization and liberation. Developed as a sociological subject and as a theory of social change in the Chilean academic field between 1964 and 1973 , under the impulse of a consistent policy of consolidating and scientific system of higher education . In this year , when it was democratically elected socialist government of Salvador Allende , Santiago was constituted as the axis of a dynamic regional academic circuit. In this work , we propose to analyze, from a socio-historical perspective , the conditions of emergence of the Latin American School of Dependency (Blömstron & Hettne , 1991) and the particularities of the social space in which this knowledge is produced .

Keywords: Latin American School of Dependency, social change, Chile

¹ Este trabalho é uma tradução revisada de “Dependency Analysis: The creation of New social Theory in Latin America”, publicado em Sujata Patel (ed.) (2009), *The ISA Handbook of Diverse Sociological Traditions*, London: SAGE.

Introdução

A “Teoria da Dependência”², como reflexão crítica sobre a condição periférica da América Latina, surgiu dentro de um marco conceitual polêmico. A principal disputa entre seus expoentes era a respeito da determinação do que poderia ser considerada uma “situação concreta de dependência”. Alguns afirmavam que a contradição principal ocorria entre a nação e o sistema internacional, enquanto outros defendiam que a prioridade explicativa estava situada no âmbito nacional e nas relações de classe. Entre eles, acusavam-se de “reformistas” e disputavam a posição mais radical da mudança social. O dependentismo aparecia, assim, no interior de uma tensão entre o legado do Estruturalismo Cepalino e o marxismo heterodoxo que surgia como corrente crítica dos Partidos Comunistas latino-americanos.

Dada a complexidade desta tradição intelectual, neste texto distinguimos três usos diferentes do conceito de “dependência” que se cruzam simultaneamente: a) a *dependência* como uma condição histórica cambiante; b) o *dependentismo* como teoria social elaborada entre 1964 e 1973; e c) *os dependentistas*, quer dizer, os acadêmicos que desenvolveram este enfoque a partir de diferentes espaços institucionais. Na primeira parte, abordamos o conjunto de tradições intelectuais existentes e o contexto institucional no qual teve a sua origem a “Teoria da Dependência”. Na segunda, enfocamos o processo produtivo levado a cabo dentro dos grupos de trabalho de dependentistas de diferentes instituições acadêmicas. Finalmente, analisamos a contribuição do dependentismo com o objetivo de proporcionar uma melhor compreensão do processo de construção de paradigmas sociológicos enraizados na América Latina.

As origens conceituais da problemática da dependência

Durante a segunda metade do século XIX, diversas elites oligárquicas e/ou militares promoveram a formação dos estados latino-americanos, com uma concepção de modernidade identificada com o progresso tecnológico – e não como resultado de

² O uso da expressão entre aspas pretende nos distanciar do seu uso habitual no campo intelectual latino-americano, que unifica o que, de fato, constituía um conjunto de múltiplos enfoques analíticos. Ao longo do presente trabalho, utilizo o termo “dependentismo” para me referir à Escola Latino-americana da Dependência, porque representa melhor o fato de que estes enfoques nunca chegaram a constituir uma única teoria sistemática.

uma maior igualdade de oportunidades ou uma consolidação da democracia política. Estas elites conduziam os partidos tradicionais e existiam poucos espaços para o debate político, o que fez com que boa parte do descontentamento social se canalizasse pela via cultural. Entre 1870 e 1900, desenvolveu-se o *modernismo hispano-americano*, um movimento literário que expressou as novas perspectivas de sociedades que haviam passado por processos de mobilidade ascendente e imigração europeia. Nos marcos de um sistema político fechado, esses escritores usavam os meios jornalísticos para reivindicar direitos civis e igualdade social. Ensaístas como José María de Hostos, Manuel González Prada e José Martí consideravam que a independência política era formal e incompleta, já que as empresas britânicas e norte-americanas dominavam os setores mais dinâmicos da produção nacional. O imperialismo era considerado um fenômeno econômico, necessariamente vinculado a fatores internos. O modernismo colocou em evidência a questão da “dependência intelectual” como um obstáculo para o desenvolvimento *hacia adentro* de cada país. Nos termos de José Martí, “o problema da Independência não é a mudança de formas, mas a mudança de espírito” (Martí, 1992 [1891]: 484).

Na primeira parte do século XX, ocorreu um processo intenso de diferenciação social e cultural: a partir do jornalismo emergiram sistemas literários, no interior dos quais a poesia e o ensaísmo se desenvolveram como práticas separadas. As universidades tiveram um papel central na modernização do âmbito público, mediante a capacitação de dirigentes que participariam das demandas democratizantes e dos modernos partidos políticos de massa. Concomitante ao desenvolvimento da educação superior, a pesquisa científica ganhou cada vez mais autonomia em relação ao ensino universitário e se diferenciou, enquanto prática, do ensaísmo social ou doutrinário.

Em fins de 1940, o colonialismo e o racismo ocupavam o centro dos debates no mundo que emergia da Segunda Guerra Mundial. O subdesenvolvimento era entendido como uma situação regressiva em relação às sociedades modernas e industrializadas. O desenvolvimento se converteu numa problemática para as novas tendências intelectuais que tentavam explicar a estrutura social e econômica do Terceiro Mundo. O surgimento de organismos regionais, como a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada no âmbito das Nações Unidas, impulsionou uma reflexão acerca do impacto do progresso tecnológico e do envolvimento dos governos latino-americanos em políticas de desenvolvimento.

O Estruturalismo Cepalino surgiu com a publicação do estudo da CEPAL (1949), redigido por Raúl Prebisch, intitulado *El desarrollo económico de la América Latina y sus principales problemas*. Este trabalho concebia a economia internacional como um conjunto de relações entre um centro industrializado e uma periferia que determinava problemas de três diferentes níveis. O primeiro era o desemprego estrutural, que estava relacionado à incapacidade das economias tradicionais exportadoras de crescer e absorver o excesso de população rural. O segundo era o desequilíbrio externo, causado pela maior propensão a importar bens industriais em relação com a exportação de bens agrícolas e minerais. Finalmente, avançava-se a ideia de uma deterioração dos termos de troca (Love, 1999). Segundo Prebisch, as implicações desta divisão do trabalho eram desastrosas: o nível de vida das periferias declinava em comparação com os países centrais e a única solução era a mecanização da agricultura e a industrialização dos países latino-americanos (Prebisch, 1949: 4).

Uma década depois, o balanço das políticas industrializantes apontava que as expectativas de desenvolvimento não haviam sido alcançadas. Para uma nova geração de cientistas sociais, passou a ser necessário ir mais além das políticas de substituição de importações, a fim de aprofundar a reflexão sobre a estrutura desigual da economia mundial. Estas novas reflexões surgiam do seio da própria CEPAL e suas premissas eram semelhantes no que se refere à necessidade de se quebrar os monopólios na propriedade da terra e nos mercados de trabalho segmentados. As novas visões sobre a estrutura dependente das economias latino-americanas se baseavam, tal como em suas origens cepalinas, em estudos históricos. No entanto, diferentemente da primeira geração da CEPAL, os dependentistas chamaram a atenção para o conflito social e para a luta política na explicação do subdesenvolvimento. Seu principal interesse era determinar a especificidade das relações entre os fatores sócio-políticos e o desenvolvimento econômico. Foram analisadas as diversas formações nacionais, de acordo com a superposição histórica do capitalismo com formas pré-capitalistas de produção. Em alguns casos, foram identificados diferentes tipos de relações dependentes que se constituíram durante o século XIX: enclaves ou economias de expansão *hacia afuera*. A contribuição sociológica do dependentismo procurou, assim, oferecer uma nova definição do “subdesenvolvimento”, combinando a análise de economia e da política em situações específicas (Cardoso & Faletto, 1975 [1969]).

O surgimento do dependentismo num espaço marcado por fortes processos nacionais e internacionais

Santiago do Chile se converteu em uma das principais plataformas do sistema de cooperação internacional – e capitalizou o dinamismo que se ofuscou no Brasil e na Argentina com os golpes de Estado de 1964 e 1966, respectivamente. A concentração e capital acadêmico em Santiago foi estimulada por vários fatores: a estabilidade institucional e a presença de organismos internacionais; o desenvolvimento da educação superior e a política de fortalecimento da pesquisa científica (estimulada pelo governo chileno através de fundos estatais e uma política agressiva de captação de ajuda externa); o papel de protagonista que a CEPAL exerceu com a Aliança para o Progresso e com a chegada de numerosos cientistas sociais sul-americanos, que foram decisivos no questionamento das correntes predominantes nas ciências sociais do período.

Não tardou para que a pró-atividade diplomática do governo chileno nos organismos internacionais e o protagonismo da CEPAL dentro da Aliança para o Progresso esbarrasse em momentos de tensão e polarização na opinião pública – como na crise dos mísseis em Cuba (1962) e no assassinato de John F. Kennedy (1963). Por um lado, os Estados Unidos perderam o consenso que havia alcançado como sentinela regional; por outro, as formas “reformistas” foram estimuladas a fortalecer seus vínculos nacional e regional.

Durante o governo de Eduardo Frei Montalva (1964-1970), o estado chileno implementou projetos de reforma agrária e promoveu reformas educativas voltadas ao aprofundamento da modernização do sistema universitário alcançada na década de 1950. Mas o entusiasmo inicial da “Revolução em Liberdade” foi se apagando rapidamente com o processo de radicalização pelo qual passava o Chile e toda a América Latina. Os próprios impulsores daquelas reformas começaram a aprofundar as mudanças propostas – e estas dissidências acabaram por fraturar o partido governante. O “laboratório chileno” se converteu, assim, num poderoso espaço de desenvolvimento na produção de conhecimentos e num objeto de pesquisa privilegiado para uma nova geração de cientistas sociais, que chegavam a Santiago, já expostos a processos de politização.

Sem dúvida, foi o golpe de estado no Brasil o acontecimento que mais impactou no estruturalismo cepalino e nos exilados que trabalhavam no Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (ILPES), recém-criado no âmbito

da CEPAL. Foi particularmente relevante a experiência da gestão de Celso Furtado e a chegada de sociólogos como Fernando H. Cardoso, como podemos perceber no seminário realizado no ILPES em junho de 1964. Para alguns analistas (Garcia, 2005), este seminário pode ser considerado o momento fundacional da “teoria da dependência”.

Os debates ali travados eram o corolário de uma série de reflexões autocríticas dispersas, iniciadas desde fins da década de 1950, que haviam levado vários especialistas da CEPAL à conclusão de que a industrialização não estava conduzindo à autodeterminação ou ao desenvolvimento duradouro. Algumas delas tinham surgido nos cursos de capacitação que a CEPAL oferecia a altos funcionários e técnicos dos governos latino-americanos, e que mais tarde se apresentariam de maneira sistemática no livro de Osvaldo Sunkel e Pedro Paz, *El subdesarrollo latino-americano y la teoría del desarrollo* (1970). Outras cresceram na División de Asuntos Sociales, dirigida pelo exilado espanhol José Medina Echavarría. Seu trabalho *Las condiciones sociales del desarrollo económico*, apresentado no Sexto Período de Sesiones da CEPAL, realizado em Bogotá, em 1955, foi um dos primeiros fios condutores à reflexão acerca das limitações do conceito de desenvolvimento nas políticas promovidas pelo estruturalismo latino-americano. Neste livro, defendia um conceito total de desenvolvimento, baseado em tipologias analíticas e concretas para observar as estruturas sociais, e também levava em consideração o fator demográfico, as condições intelectuais, os fatores sociais da produção, a função do Estado e o papel dos intelectuais (Medina, 1955). Desde 1957, Medina difundiu a leitura de Max Weber na nova escola de sociologia criada na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) e, por volta de 1964, foi o responsável pela atração de muitos cientistas sociais sul-americanos exilados para o ILPES, no qual realizaram contribuições centrais para renovação teórica do estruturalismo.

Enquanto se davam aqueles debates no ILPES, outros exilados chegavam a Santiago, com rumo à Universidad de Chile e à Universidad de Concepción. Por volta de 1966, o sociólogo chileno Eduardo Hamuy recebeu um grupo de exilados no Centro de Estudios Socio-económicos (CESO), um instituto de pesquisa da Universidad de Chile. A maioria deles eram cientistas sociais jovens, socializados no ativismo estudantil, e que tinham participado da experiência radical da Universidade de Brasília, criada em 1962. Logo após o golpe de estado, fizeram parte do movimento de resistência contra a ditadura, e alguns deles foram presos. Eram militantes esquerdistas

que tinham feito parte de grupos de leitura de textos de Karl Marx, preocupados em construir um diagnóstico estrutural do Brasil e um tipo de revolução alternativo às propostas do Partido Comunista. Segundo Ruy Mauro Marini, o estruturalismo “se converteu no alvo na medida em que os comunistas – que se haviam dedicado mais à história que à economia – se apoiaram nas teses cepalinas da deterioração dos termos de troca, do dualismo estrutural e da viabilidade do desenvolvimento capitalista autônomo, a fim de defender o princípio da revolução democrático-burguesa, anti-imperialista e anti-feudal, herdada da Terceira Internacional” (Marini, [1999]).

Considerado como um conjunto de contribuições, e levando em consideração as polêmicas, as críticas e as “anticríticas”, podemos afirmar que o foco dependentista surgiu nestes círculos acadêmicos não como uma teoria, mas como um *problema teórico*, no registro de uma linha de reflexão coletiva e interdisciplinar que procurava rediagnosticar o subdesenvolvimento. A dependência foi concebida como uma *situação histórica*, que ocorria no interior de certas condições nacionais e internacionais como resultado da estrutura internacional de desenvolvimento. Esta não era vista como uma *imposição externa*, e sim como uma *relação* entre países industrializados e dependentes. A crítica das políticas de desenvolvimento e as novas condições política levaram ao questionamento de temas como a racionalidade da estrutura produtiva, os princípios da legitimidade dos estados latino-americanos e a luta pelo poder.

Além da reflexão sobre o legado estruturalista, da leitura de Marx e do recurso a Weber, existiu outra tradição teórica e metodológica que jogou água no moinho dependentista. Referimo-nos a um conjunto de saberes desenvolvidos previamente na região, que analisou a relação histórica entre as estruturas e a mudança social. Um destes esforços foi *Economía de la sociedad colonial: ensayo de historia comparada de América Latina*, publicado em 1949, por Sérgio Bagú. Aí, afirmava que: “Não foi o capitalismo o que apareceu na América no período que estudamos, mas o capitalismo colonial. Não houve servidão em larga escala, e sim escravidão com múltiplos matizes, oculta frequentemente sob complexas e enganosas formulações jurídicas. A Ibero-américa nasce para integrar o ciclo do capitalismo nascente, não para prolongar o agônico ciclo feudal” (Bagú, 1949: 261). Bagú pretendia constituir uma história unificada da América Latina com base em documentos coloniais disponíveis e na leitura de escritores latino-americanos que realizaram contribuições similares entre a década de 1920 e a de 1940 – José Carlos Mariátegui, Caio Prado Jr., Rodolfo Puiggrós, Silvio Zavala, Alberto Zum Felde, Luis Valcárcel, Volodia Teitelboim. Ainda que o trabalho

de Bagú fosse contemporâneo dos *Annales*, ele não conhecia esta publicação francesa e, portanto, não tinha lido os trabalhos desta nova corrente historiográfica (Bagú, 2002). Osvaldo Sunkel lembra que os livros-textos usados nos cursos de capacitação da CEPAL e do ILPES eram confeccionados com base em duas fontes principais: a) o *Estudio de 1949 de la CEPAL* e b) a bibliografia da cátedra de História Econômica da Universidade do Chile, na qual eram lidos os trabalhos de Bagú, bem como os de Mario Góngora, Jorge Ahumada, Aníbal Pinto e Gregorio Weinberg (Sunkel, I2, 2007). Por meio deste método histórico-estrutural, o “subdesenvolvimento” foi convertido em um novo objeto de pesquisa. Assim, esta “história total” latino-americana contribuiu a constituir o vínculo entre a economia e a sociologia.

O dependentismo e os dependentistas

Vistos como conjunto, os “dependentistas” foram uns trinta cientistas sociais, nascidos entre fins da década de 1920 e meados da de 1940. À exceção de Celso Furtado, a grande maioria tinha entre 27 e 37 anos; a metade era formada por economistas e a outra metade por sociólogos, advogados ou cientistas políticos. Tirando André Gunder Frank, Franz Hinkelammert e Armand Mattelart, os demais eram latino-americanos. Noventa por cento eram sul-americanos; a metade composta por brasileiros. Durante os anos produtivos do dependentismo (1964-1973), residiram um período no Chile e trabalharam como pesquisadores de tempo integral em um centro interdisciplinar³.

Os testemunhos da época relatam que seus escritos circulavam mimeografados ou reimpressos nas salas de aula, nos centros de pesquisa e também em espaços informais, como as tertúlias noturnas nos café e nas casas. Havia um alto grau de circulação interinstitucional e intensas discussões acadêmicas (Sunkel, I1, 2006; Santos, I1, 2006). Os dependentistas, em geral, apresentavam um *pertencimento institucional múltiplo*, posto que ensinavam como convidados em várias universidades e centros regionais; no entanto, existiam grupos de pesquisa estáveis sobre a dependência, que analisaremos mais adiante.

³ Em outro trabalho, abordei a tradição dependentista latino-americana em seu conjunto, incluindo a trajetória de outros cientistas sociais que não residiriam em Santiago, mas que igualmente contribuíram na construção do enfoque dependentista no período 1964-1979 (cf. Beigel, 2006).

Os debates eram muito intensos. Um das questões principais era a caracterização do continente. Enquanto que André Gunder Frank defendia que o capitalismo latino-americano havia existido desde a colonização, outros afirmavam que ele só havia se tornado no modo dominante de produção em fins do século XIX. Outra questão importante era a posição teórica do problema nacional no contexto das relações de classe. Para Francisco Weffort, não havia contradição real entre a dominação nacional e a externa porque a dependência era gerada no interior da estrutura de classes – assim como a mudança social (Weffort, 1970: 392). Fernando H. Cardoso insistia que o dependentismo revelava um tipo particular de articulação entre as classes sociais, o sistema produtivo e o estado, em uma situação histórica particular (Cardoso, 1970). Confrontando o argumento de Vania Bambirra, que procurava definir um “modo de produção dependente”, Agustín Cueva respondia que o dependentismo não era um foco novo, porque a estrutura das nações subordinadas poderia ser analisada no marco das leis gerais do capitalismo de Marx (Bambirra, 1983 [1978]; Cueva, 1979). As classificações e as etiquetas estavam na ordem do dia. Isto os levava, em muitos casos, a discussões abstratas, voltadas antes para dirimir se a “Teoria da Dependência” era compatível ou não com os textos de Marx, em vez de indagarem se a teoria era compatível ou não com a realidade histórica concreta que pretendiam explicar.

Apesar do estilo e da estridência das polêmicas, existia consenso entre eles no que diz respeito ao deslocamento da problemática do desenvolvimentismo à questão da dependência, o que supunha a análise histórico-estrutural, a atenção ao poder político e a luta de classes. Contra a aplicação de uma metodologia “científica universal”, estes jovens cientistas sociais consideravam que a determinação dos problemas específicos da região implicava a atenção à realidade concreta. Por isso, era necessário adequar as técnicas às análises concretas. Em suma, os dependentistas tentavam criar um “novo estilo de pesquisa e de pesquisadores” (Segundo Seminário Latino-Americano, 1972: 16-18).

(a) Do estruturalismo ao dependentismo: os grupos do ILPES

No ILPES, especialistas mais antigos e jovens acadêmicos recém-chegados a Santiago entraram de maneira decisiva nas discussões surgidas após o golpe militar no Brasil, aprofundando o balanço da experiência estruturalista. Alguns se dedicaram a estudar o caso brasileiro; outros à experiência chilena; e outro grupo à investigação de

seus próprios processos nacionais. Este é o caso de Aníbal Quijano, que deu uma grande contribuição à análise da estrutura de classes peruana nos marcos da dominação imperialista. Um de seus principais interesses era a marginalidade social e sua ligação estrutural com a expansão do capitalismo na América Latina (Quijano, 1977). Regressando ao Chile logo após dirigir o escritório da CEPAL no Rio de Janeiro, Aníbal Pinto se juntou aos debates do ILPES e começou a dar aulas na ESCOLATINA, uma escola de pós-graduação em economia pertencente à Universidad de Chile. Como resultado desses anos de reflexão, Pinto publicou, em 1968, o livro *Política y desarrollo*.

Um dos grupos dependentistas se reunia na División de Capacitación (a qual se converteu, em 1965, na Dirección de Investigación del Desarrollo Económico). Osvaldo Sunkel, Pedro Paz e Octavio Rodríguez decidiram analisar os conceitos de desenvolvimento/subdesenvolvimento, com o objetivo de distingui-los dos de crescimento econômico e de industrialização. O livro publicado por Sunkel e Paz, *El subdesarrollo latino-americano y la teoría del desarrollo* (1970), propunha uma definição do subdesenvolvimento entendendo-o como parte de um processo de desenvolvimento histórico global, no qual ambos fenômenos estavam vinculados e mutuamente condicionados. Durante esses anos, Sunkel renunciou ao seu cargo no ILPES e se incorporou ao Instituto de Estudios Internacionales, da Universidad de Chile. Como veremos também em outros casos, neste período cresceu o contato dos especialistas com as universidades chilenas e a valorização do capital militante, o que favoreceu um processo de politização também no interior dos organismos internacionais.

O outro grupo surgiu da División de Desarrollo Social, onde surgiram muitas contribuições dependentistas, assim como críticas mútuas. Os aportes de Fernando H. Cardoso e Enzo Faletto tiveram um papel relevante, não só no interior do ILPES mas também em instituições acadêmicas chilenas. Eles deram aulas na Universidad de Chile, na FLACSO, e participaram de discussões com os grupos de pesquisa do CESO. Cardoso articulou uma interpretação sociológica do subdesenvolvimento com base em sua leitura de Marx e Weber – e que foi complementada por Faletto, historiador que estava lendo Antonio Gramsci nesse momento. Seu renomado trabalho, *Dependencia y desarrollo en América Latina*, pretendia “explicar os processos econômicos como processos sociais”, com o objetivo de encontrar uma interseção teórica na qual o poder econômico fosse expressado como dominação política e social. Era “através da política

que um determinado grupo social poderia impor um modo de produção ao resto da sociedade” (Cardoso & Faletto, 1975 [1969]: 20). O texto pretendia mostrar quais eram as consequências das combinações entre o Estado, as classes sociais e a estrutura produtiva em diferentes momentos históricos. A ideia era determinar, por meio da interpretação, a forma assumida por essas relações em cada situação de dependência. Eles propunham, neste sentido, que o dependentismo deveria ser usado como um conceito “causal-significativo”. Em contraposição a uma concepção mecânica do dependentismo, os autores defendiam que este tipo de relação internacional não implicava que a história nacional fosse “o puro reflexo das mudanças que ocorriam no polo hegemônico externo”. Antes, existiam certos vínculos estruturais que colocavam limites às possibilidades de ação mas, ao mesmo tempo, os grupos, as classes e os movimentos sociais poderiam perpetuar, transformar ou romper com estas restrições (Cardoso & Faletto, 1975 [1969]: 162-163).

(b) O dependentismo na FLACSO

A intensa circulação interinstitucional de alunos e docentes, favorecida pelos convênios da FLACSO com as universidades chilenas, vinha impulsionando uma mudança importante nas correntes teóricas iniciais, que agora se aproximavam do marxismo e do estruturalismo francês. Além disso, já haviam ingressado alguns exilados que fugiam dos regimes militares argentino e brasileiro, como Vilmar E. Faria, Regina Faria, Ayrton Fausto, Patricio Biedma e Hugo Perret. Em 1969, uma séria crise interna afastou o diretor da Escuela Latinoamericana de Sociología e os jovens egressos acompanharam o novo diretor, Luis Ramallo, numa nova etapa institucional de maior envolvimento com o campo acadêmico e com o processo político chileno.

A incorporação de Enzo Faletto, logo após sua saída da CEPAL, incidiu na abertura ao dependentismo e às novas correntes críticas do pensamento histórico e sociológico. A chegada de Sergio Bagú, em 1970, reforçou esta tendência e deu a este centro uma intensa vida intelectual. Marcos Kaplan e Inés Reca levaram a cabo projetos de pesquisa sobre dependência tecnológica e o “brain-drain” de profissionais. Ainda, a *Revista Latinoamericana de Ciencia Política* cumpriu um papel importante nos debates dependentistas, já que nela foram publicadas as polêmicas entre os grupos de trabalho. Vilmar Faria, por sua vez, realizou pesquisas sobre a relação entre o desenvolvimento econômico e a legitimidade dos grupos dominantes. Com este propósito, analisou a

evolução do lugar ocupado pelo empresariado brasileiro e as mudanças produzidas pela intervenção deste grupo nas decisões do Estado. Através de questionários enviados a empresários, Faria tentou compreender o tipo de aliança de classes que estes empreenderiam no Brasil depois do golpe militar (Faria, 1971). Com forte formação estatística, ele combinava as tendências profissionalizantes da FLACSO, nas quais havia se formado em seus estudos de pós-graduação, com o enfoque estrutural proposto pela análise da dependência.

(c) Os grupos do CESO

Na Universidad de Chile, formaram-se dois centros vinculados ao foco dependentista. Um deles foi o Instituto de Estudios Internacionales, criado em 1966, e o outro o Centro de Estudios Socio-Económicos (CESO), que fazia parte da Facultad de Ciencias Económicas. No primeiro, Claudio Véliz cumpriu um papel fundamental, atraindo pesquisadores chilenos que já haviam dado contribuições cruciais no ILPES, como Osvaldo Sunkel, bem como exilados brasileiros de trajetória reconhecida, como Darcy Ribeiro. No segundo, recrutaram-se economistas chilenos como Roberto Pizarro, Sergio Ramos e Orlando Caputo, além de um numeroso grupo de exilados sul-americanos. O capital militante⁴ adquiriu um papel cada vez mais relevante na atividade do CESO – de fato, durante a presidência de Allende, o Instituto trabalhou em assembleia permanente (Caputo, I2, 2007; Pizarro II, 2007).

As investigações sobre a dependência internacional foram produzidas principalmente no Departamento de Investigaciones do CESO, dirigido por Theotónio dos Santos. Este autor procurou analisar as principais tendências do desenvolvimento econômico na América Latina entre 1950 e 1965. Para ele, o capital estrangeiro tinha perdido sua função histórica, que havia sido a de aumentar, estimulado pelas altas taxas de lucro, os níveis de produtividade das economias latino-americanas. Neste sentido, tornava-se impossível o desenvolvimento autônomo de uma economia nacional capitalista. Uma das principais ambiguidades do dependentismo surgiu justamente no primeiro trabalho publicado por Santos, com sua argumentação de que “as nações dependentes só se expandiam como *reflexo* da expansão nas economias dos países

⁴ Capital militante é um *know-how* que é forjado e colocado em prática na ação coletiva. A martirologia católica latino-americana é um caso exemplar do caráter “exportável” destas disposições, convertidas em compromisso revolucionário nas guerrilhas.

dominantes” (Santos, 1968). No texto, contudo, Santos afirmava que a dependência devia ser caracterizada como uma *situación condicionante*.

Os pesquisadores do CESO conferiam muita importância aos estudos da economia mundial, mas estavam igualmente impactados pelos acontecimentos recentes no Chile. André Gunder Frank escreveu *Capitalism and Underdevelopment in Latin America: Historical Studies of Chile and Brazil* (1967); Vânia Bambirra confeccionou o seu “Tipologia da Dependência” (1970); Roberto Pizarro e Orlando Caputo, por sua vez, levaram a cabo uma pesquisa empírica intitulada *Las nuevas formas del capital extranjero en Chile* (1970) e, um pouco mais tarde, publicaram o livro *Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales* (1975).

(d) Os grupos do CEREN

Enquanto a Universidad de Chile exerceu um papel fundamental no desenvolvimento das ciências sociais, com grande peso na instalação da FLACSO e do ILPES, a Universidade Católica tinha se mantido num relativo isolamento até meados dos anos 1960. A Reforma Universitária, que se iniciou precisamente aí, tinha criado centros interdisciplinares que gozavam de grande autonomia e que dispunham de recursos financeiros abundantes. Com isto, esta Universidade adquiriu maior protagonismo no sistema universitário e no processo político chileno.

Um dos centros mais importantes foi o Centro de Estudios de la Realidad Nacional (CEREN), no qual trabalhou o grupo dirigido por Franz Hinkelammert. Eles combatiam o economicismo e conferiam maior peso aos fatores ideológicos, em consonância com uma vertente interpretativa importante no marxismo ocidental que, embora sustentasse a existência do edifício estrutura/superestrutura, atribuía a primazia à esfera da “consciência”. Declaravam-se contra o “desenvolvimentismo capitalista”: as bases de uma nova sociedade “desenvolvida” só poderiam surgir em condições socialistas (Hinkelammert et al, 1970: 13). No CEREN, do mesmo modo que no CESO, havia uma adesão explícita ao marxismo – seus pesquisadores tiveram um papel ativo no governo de Allende (Franz Hinkelammert, E1, 2007). Armand Mattelart, Ariel Dorfman, Mabel Pichini e Michèle Mattelart formavam outro grupo, cujas pesquisas também iam nesta direção. Seus estudos se concentravam no que, à época, era chamado de “imperialismo cultural” ou, mais precisamente, analisavam o papel dos meios de

comunicação na criação de uma ideologia da dominação norte-americana (Mattelart, 12, 2005).

O dependentismo foi um conhecimento *dependente*?

Em setembro de 1973, o golpe de Estado desmantelou os centros interdisciplinares criados no Chile, forçando muitos acadêmicos ao exílio. A análise do subdesenvolvimento e da mudança social, que tinha sido a prioridade para os cientistas sociais latino-americanos radicados em Santiago, foi substituída paulatinamente pela preocupação em torno da democracia. Por volta de 1990, a “teoria da dependência” era considerada no âmbito acadêmico como uma perspectiva *demodée*, envelhecida pela globalização, além de ineficaz para explicar a “desaparição” das fronteiras nacionais. Esta reação contra o dependentismo foi registrada, paradoxalmente, quando a dependência econômica e política dos países latino-americanos foi reforçada, graças ao impacto da dívida externa e ao Consenso do Washington.

Esta situação levanta um conjunto de perguntas. A primeira está relacionada com a própria natureza do dependentismo: trata-se de um enfoque endógeno, voltado para explicar uma situação histórica limitada – um argumento particularista, – válido apenas para a experiência latino-americana de fins de 1960? Ou poderia ser “impensada”, nos termos de Wallerstein (2003), para que seus argumentos possam se universalizar e colaborar na crítica epistêmica dos paradigmas europeus surgidos no século XIX? A segunda está relacionada com o seu destino. A brevidade do período vital do dependentismo foi o resultado de uma falha intelectual radical para explicar os novos tempos? Ou foi a consequência de um fator externo, que dizer, as ditaduras do Cone Sul e seus efeitos na perda da autonomia acadêmica alcançada nos anos 1960? Em outras palavras, o retrocesso do dependentismo como assunto acadêmico foi o resultado de uma mudança global do objeto que esta teoria pretendia explicar ou uma consequência de uma nova agenda imposta no interior do *sistema acadêmico mundial*?

É bem sabido que o imperialismo cultural tem sido uma preocupação constante e um assunto de longa data nas ciências sociais. Recentemente, Pierre Bourdieu (2000) denunciou a existências de diversos mecanismos de dominação no terreno da circulação internacional das ideias. Através do “imperialismo do universal”, uma série de categorias e de teorias se impõem mundialmente, ainda que estas obedeçam a condições locais e contextos específicos, como os da França ou dos Estados Unidos (Bourdieu,

2000: 154). Desta maneira, o que se apresenta como uma “sociologia universal” é, no fundo, o resultado da universalização de um itinerário particular, que emerge em um tempo e em um espaço determinados. Sayed Farid Alatas postulou a existência de vários tipos de dependência acadêmica: em relação às ideias, no que diz respeito à tecnologia, no que tange aos investimentos em educação, e com relação à ajuda externa para a pesquisa e o ensino (Alatas, 2003: 604).

Um balanço do dependentismo, a partir desta perspectiva, implica chamar a atenção tanto para a relação estabelecida com o pensamento europeu quanto para condições institucionais da produção destes conhecimentos. Sobre o primeiro aspecto, pode-se dizer que os dependentistas eram conscientes do domínio dos padrões eurocêntricos nas ciências sociais e da necessidade de se pensar autonomamente em relação às universidades dos países centrais. No entanto, com exceção do estudo da dependência tecnológica e do “*brain drain*”, que foi abordado por alguns cientistas sociais em fins da década de 1960, os dependentistas não tomaram a *dependência acadêmica* como foco de preocupação. Suas pesquisas estavam voltadas para a análise da dominação econômica, política e social – e, neste sentido, enriqueceram o método histórico-estrutural e contribuíram para a revisão do conceito de subdesenvolvimento. Para tal, articularam um conjunto de tradições europeias e latino-americanas numa criação nova, que colocava em crise as premissas até então correntes.

No nível institucional e financeiro, a “teoria da dependência” foi produzida dentro de centros de pesquisa sustentados por: a) ajuda externa pública ou privada; b) recursos dos governos latino-americanos; e c) recursos aportados pelo governo chileno. No entanto, durante o período em debate aqui, os fluxos internacionais referidos acima foram “nacionalizados” mediante a intervenção do Estado chileno⁵, o que favoreceu a emergência de uma intelectualidade autônoma, situada em universidades dotadas de grande liberdade acadêmica. Durante este período, ainda, uma ruptura parcial da razão eurocêntrica foi promovida em outras partes do terceiro mundo, contribuindo para ampliar o pensamento crítico a respeito da dominação norte-americana na região. Esta complexa experiência forneceu o contexto social, as instituições e o *engagement* que eram necessários para a aparição de um enfoque teórico que foi criado e enraizado na América Latina.

⁵ Abordamos em profundidade este processo no caso da FLACSO, a fim de mostrar o peso do Estado chileno no financiamento desta instituição e nas correntes predominantes durante este período (Beigel, 2009).

A passagem pelo Chile foi um fator determinante para a emergência da “teoria da dependência” e para a realização de dois processos diferentes dentro da Sociologia Latino-Americana: por um lado, a consolidação de uma série de conhecimentos sociais; por outro, o reconhecimento de um grupo de acadêmicos. No entanto, o sucesso foi mais efetivo para os atores que para a própria teoria. Em fins de 1960, a dependência já tinha se convertido num assunto transversal dentro das ciências sociais e o dependentismo teve apenas um período breve de circulação internacional em nível regional e em outros circuitos acadêmicos.

Por uns quinze anos, a “teoria da dependência” circulou amplamente na Sociologia da América Latina e do Caribe; foi lida de maneira limitada na Europa, na África e na Ásia – e só marginalmente nas academias anglo-saxãs (Blomstrom & Hettne, 1990). Nos Estados Unidos, foi discutida basicamente em ambientes sociológicos, com pouco impacto nas ciências econômicas. Referimo-nos a: a) revistas acadêmicas, como *Current Sociology*; b) publicações de estudos latino-americanos, como *Latin American Perspectives* e c) revistas radicais como *NACLA Newsletter* (North American Congress Latin America), *Review of Radical Political Economics* e *Monthly Review*. A circulação europeia do dependentismo esteve em grande medida marcada pelo patrocínio de Dudley Seers a partir do Institute for Development Studies (University of Sussex). Contudo, e apesar do fato de que alguns trabalhos tenham sido traduzidos para o inglês, os escritos do dependentismo continuaram disponíveis basicamente em espanhol⁶.

Finalmente, os dependentistas encontraram mais reconhecimento internacional que a “teoria da dependência” enquanto tal. Estes jovens cientistas sociais lutavam para conseguir um lugar no campo e, no período analisado, conseguiram suplantar a geração anterior, também chamada de “sociologia científica”. Nos anos 1990, alguns deles foram marginalizados dentro do campo das ciências sociais, fruto do deslocamento sofrido pelo dependentismo na agenda acadêmica. Outros reconverteram seu capital acadêmico, transformando-o em crédito político: de fato, um deles se tornou Presidente do Brasil. Esta é uma questão fundamental para se entender a constituição de uma nova elite intelectual na região durante o período neoliberal, mas isto é tema para outros trabalhos.

⁶ Cf. “Bibliography of Selected Latin American Publications on Development” (Oteiza, 1978).

Referências bibliográficas

ALATAS, Syed Farid (2003) “Academic Dependency and the Global Division of Labour in the Social Sciences”, *Current Sociology*, 51(6): 599-613.

BAGÚ, Sergio (1949) *Economía de la sociedad colonial. Ensayo de historia comparada de América Latina*. Buenos Aires: El Ateneo.

BEIGEL, Fernanda (2006) “Vida, muerte y resurrección de las teorías de la dependencia”, In: Beigel, Fernanda et. al., *Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano*. Buenos Aires: CLACSO.

BEIGEL, Fernanda (2009) “La FLACSO chilena y la regionalización de las ciencias sociales en América Latina (1957-1973)”, *Revista Mexicana de Sociología*, IIS, Universidad Nacional Autónoma de México, Vol. 71, N°2, p.319-349.

BLOMSTROM, Magnus and Hettne, Björn [1984] (1990), *La teoría del desarrollo económico en transición*. México: Fondo de Cultura Económica.

BOURDIEU, Pierre (2000), “Dos imperialismos de lo universal”. In: *Intelectuales, política y poder*. Buenos Aires: EUDEBA

BRUNNER, José Joaquín (1986). *Las ciencias sociales en Chile: institución, política y mercado en el caso de la Sociología*, Documentos de Trabajo, 325, Santiago: FLACSO.

CARDOSO, Fernando H. and Castells, Manuel (1972) *II Seminario Latinoamericano para el Desarrollo*. Buenos Aires: FLACSO.

CARDOSO, Fernando Henrique and Faletto, Enzo [1969] (1975), *Dependencia y desarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI.

CARDOSO, Fernando H. (1970) “Teoría de la dependencia o análisis de situaciones concretas de dependencia”, *Revista Latinoamericana de Ciencia Política*, 1(3): 400-419.

DEVES VALDES, Eduardo (2004) “La circulación de las ideas y la inserción de los científicos económico-sociales chilenos en las redes conosureñas durante los largos 1960”, *Historia*, 37 (II):337-366. Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile.

DOS SANTOS, Theotônio (2006) Entrevista com a autora, 20 de agosto, Rio de Janeiro.

DOS SANTOS, Theotônio (1968) “El nuevo carácter de la dependencia”, *Cuadernos del CESO*, 10. Santiago: CESO.

FARIA, Vilmar E. (1971) “Dependencia e ideología empresarial”, *Revista Latinoamericana de Ciencia Política*, II (1): 103-130. Santiago: FLACSO

GARCÍA, Afrânio (2005) “Circulation internationale et formation d’une ‘école de pensée’ latino-américaine (1945-2000)”, *Social Science Information*, 44 (2&3):421-455. London: Sage

GARRETÓN, Manuel Antonio “Social Sciences and society in Chile”, *Social Science Information*, Vol. 44 (2&3):359-409. London: Sage

HINKELAMMERT, Franz et al. (1970) “Dialéctica del desarrollo desigual”. *Cuadernos del CEREN*, 6. Santiago: CEREN

- KREBS, Ricardo (1979) 25 años del Consejo de Rectores de las Universidades Chilenas, Santiago: Consejo de Rectores.
- LOVE, Joseph (1999) “Las fuentes del estructuralismo latinoamericano”. In: Jorge Lora y Carlos Mallorquín (eds.), Prebisch y Furtado. El estructuralismo Latinoamericano, 17-32. México: UAM.
- MARINI, Ruy Mauro [1999] “Hoja de vida académica”, mimeo.
- MARTÍ, José, [1891] (1992) “Nuestra América”. In: Política de Nuestra América, México: Siglo XXI.
- MATONTI, Frédérique et Poupeau, Franck. (2004) “Le capital militant. Essai de définition”, Actes de la recherche en sciences sociales (, 155: 5-12. Paris: SEUIL.
- MATTELART, Armand (2005) Entrevista com a autora, 7 de fevereiro, Paris.
- MEDINA ECHAVARRÍA, [1964] (1980) Consideraciones Sociológicas sobre el desarrollo económico de América Latina. Costa Rica: EDUCA.
- OTEIZA, Enrique (1978) “Bibliography of Selected Latin American Publications on Development”, Occasional Guides, Institute of Development Studies, 13, CLACSO/IDS, University of Sussex.
- PREBISCH, Raúl (1949) El Desarrollo económico de la América Latina y sus principales problemas. E/CN, Santiago:CEPAL.
- QUIJANO, Aníbal (1977) Imperialismo y “marginalidad” en América Latina. Lima: Mosca Azul.
- RECA, Inés (2006) Entrevista com a autora, 28 de junho, Santiago.
- SCHIEFELBEIN, Ernesto (1968) “Un intento de analisis global de la universidad chilena”. Revista Plandes, 28/29: 5-159.
- SUBERCASEUX, Bernardo (2000) Historia del libro en Chile. Santiago: LOM.
- SUNKEL, Osvaldo (2006; 2007) Entrevistas com a autora, 26/06/2006 e 16/05/2007, Santiago.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2003) Impensar las Ciencias Sociales. Límites de los paradigmas decimonónicos. México: Siglo XXI.
- WEFFORT, Francisco (1970) “Notas sobre la Teoría de la Dependencia: teoría de clase o ideología nacional?”, Revista Latinoamericana de Ciencia Política, 1(3): 390-399, Santiago: FLACSO.